



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guimar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas e trinta minutos, foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Toti Colaço e Valdir Rossoni (40). Ausentes os Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Antônio Costenaro, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Élio Rusch, João Preis, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Nilton Servo, Ovídio Constantino e Severino Félix (14).

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Passa à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Passa à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/240/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VE-TADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 214/94, de autoria do Poder Executivo, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/242, 243 e 244/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

217/94: De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Yasuhiro Iwata, o qual convertido em lei tomou o nº 10.902. **Anote-se - Arquive-se.**

233/94: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Amorim Pedroso Moleirinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.903. **Anote-se - Arquive-se.**

231/94: De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre Joaquim Raimundo Braz, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.904. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº 123/94-P/MC, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando haver julgado procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 225-2/600, em que é requerente o Governador do Estado do Paraná e requerida a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagens:

MENSAGEM Nº 105/94

Curitiba, 13 de setembro de 1994.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Geraldo Souza Silva, o imóvel constituído do Lote nº 20, da Gleba 11, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 107,0033 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado SPI nº 1.635.738-3/93, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta mere-

cerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 106/94

Curitiba, 13 de setembro de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição, no sentido de que esta augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Nelson Bernardes da Silva o imóvel constituído do Lote n° 14, da Gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 477,7124 ha.

A proposição ora formulada é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, por meio do expediente protocolado sob n° 1.227.043-7/92-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Cabe, ainda, esclarecer que, para a efetivação da proposta em tela, é necessária a revogação da Resolução n° 24, de 15 de maio de 1990, que autorizou a alienação do imóvel em causa a Luiz Sartório, então detentor da posse e que veio a transferi-la, por venda, a Nelson Bernardes da Silva. O incluso Parecer n° 429/93, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, contém elementos que melhor elucidam o entendimento da questão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Instituto Ambiental do Paraná

PARER DIJUR N° 429/93

Protocolo n° 1.227.043/7 e anexos

Interessado: Nelson Bernardes da Silva

Assunto: Regularização Fundiária

Senhor Diretor Jurídico.

A Subchefia para Assuntos Técnicos - Divisão Jurídica da Casa Civil, através da Informação n° 342/93-DTJ, retorna o processo ao IAP para esclarecimentos.

Trata-se do pedido de inclusão em Mensagem ao Poder Legislativo para alienar o lote n° 14 da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, ao Senhor Nelson Bernardes da Silva, conforme Ofício n° 593/93 encaminhado pelo Senhor Secretário ao Chefe do Poder Executivo, fls. 01 renumerada.

Para explicar à Casa Civil as dúvidas emergentes, devemos fazer uma curta sinopse do acontecido com a regularização do lote n° 14, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura.

No protocolado n° 7.371/89 ITCF, reprotocolado no SPI sob n° 731.438-8, às fls. 01, em 11/01/90 foi encaminhado ao Senhor Governador, pedido de regularização do lote 14 em nome de Luiz Sartório, ocupante do imóvel desde 1985.

O pedido foi incluído na Mensagem n° 65/90, dirigida ao Poder Legislativo, originando a Resolução n° 24/90, da Assembléia Legislativa do Estado, de 15/05/90, publicada no Diário Oficial do Estado de n° 8.403 de 04/12/90, autorizando a alienação do lote ao Senhor Luiz Sartório (Resolução anexa).

No protocolado SPI n° 1.088.564-7, de 08/05/91, Nelson Bernardes da Silva solicita a regularização do lote n° 14, da Gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura em seu nome, por força de contrato de compra e venda, celebrado com Luiz Sartório em 09/03/90 (fls. 04 a 06).

A ocupação do imóvel, por parte do comprador foi imediata, conforme atesta o Laudo de Vistoria, item 03, de fls. 08.

Em 12/11/91, o pedido mereceu o Parecer de n° 216/91, da lavra do competente advogado Dr. Aidemar Guilherme Bahr, que manifestou-se pelo indeferimento por concluir que o ex-ITCF não poderia agir além das estritas condições da autorização decorrente da Resolução n° 24/90.

No protocolado SPI n° 1.227.043-7, Nelson Bernardes da Silva pede reconsideração baseado na cronologia dos fatos e por ocupar o imóvel de forma mansa e pacífica, fazendo com que a terra cumpra sua finalidade social.

Diante dos fatos, o IAP extrapolaria a sua competência se decidisse, haja visto o posicionamento jurídico do Órgão baseado no Parecer 216/91, permanecendo contudo a obrigação de buscar a regularização fun-

diária cumprindo sua atribuição delegada por lei.

Resumindo o embasamento da posição revisionista, apontamos:

a) O contrato de compra e venda do lote n° 14, entre Luiz Sartório e Nelson Bernardes da Silva foi celebrado em 09/03/90;

b) A ocupação do lote n° 14, pelo comprador, foi imediata, conforme Laudo de Vistoria;

c) A Resolução n° 24/90 da ALE, de 15/05/90, foi publicada no DOE somente em 04/12/90, quando produziu efeitos "erga omnes".

Desta sorte, possuindo o IAP a obrigação delegada por lei de promover a regularização fundiária no Estado, carecendo porém, neste caso excepcional, do poder de modificar resoluções da ALE, deve remeter o caso à análise superior do Chefe do Poder Executivo, para novo encaminhamento ao Poder Legislativo do Estado, caso assim decida.

É a informação.

PROAD, 01 de novembro de 1993.

(a) MÁRIO ANTONIO DE BRITO FILHO
Chefe da PROAD

MENSAGEM N° 107/94

Curitiba, 19.09.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa para que o imóvel constituído do lote n° 29, da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 66,6772 ha, seja alienado aos Srs. Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, seus atuais ocupantes e que pretendem a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado SPI n° 1.635.739-1/93.

Embora a medida ora proposta verse sobre alienação de área inferior a 100 ha, faz-se necessária a competente autorização legislativa, eis que, segundo informação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, um dos requerentes, Angelo Nelvir Gadens, em época passada, já adquiriu imóvel do extinto ITCF, cujas áreas somadas enquadram-se entre aquelas previstas pelo referenciado dispositivo constitucional, além do que, há outro expediente visando a regularização do imóvel constituído do lote n° 06, da mesma Gleba, em nome dos mesmos, protocolado sob n° 929.587-9/91-ITCF e que foi objeto da Mensagem Governamental n° 089/94.

Convém ressaltar, ainda, que o Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com base no laudo técnico de vistoria, referido no Pa-

Curitiba, segunda, em 10.10.94

recer n° 385/94, exarado no processo inicialmente citado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de os requerentes exercerem o seu direito de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida, tornando-se, assim, a medida ora proposta justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivo da Lei n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área aos seus legítimos ocupantes.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 108/94

Curitiba, 19.09.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa para que o imóvel constituído do Lote n° 133, da Gleba 04, Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, com área de 20,5086 ha, seja alienado ao Sr. Dario Branco Ribeiro, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel.

Embora a medida ora proposta verse sobre alienação de área inferior a 100 ha, faz-se necessária a competente autorização legislativa eis que, segundo informação do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo Instituto Ambiental do Paraná-IAP), o requerente, em ocasiões anteriores, já adquiriu outros imóveis do Estado, cujas áreas somadas ultrapassam as dimensões previstas no referenciado dispositivo constitucional.

Não obstante, a proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo disposições da Lei n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem exercendo seu direito de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n°

878.462-0/90-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do já citado Instituto e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a proposta ora apresentada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 109/94

Curitiba, 23.09.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 45 (quarenta e cinco) cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

A medida ora proposta consulta os superiores interesses da Administração, eis que pretende readequar o quadro de pessoal daquela Autarquia, de acordo com suas reais necessidades, em face da expansão de seus serviços, ocorrida com a implantação de novos projetos, dentre os quais destacam-se o de informatização e o de reequipamento do parque gráfico.

Vale ressaltar, ainda, que a proposição em tela consubstancia o resultado de estudos elaborados por órgãos técnicos da área, obedecendo o dimensionamento de pessoal do DIOE, efetuado pela Secretaria de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Ficam criados na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo 45 (quarenta e cinco) cargos de provimento efetivo, conforme o Anexo que faz parte integrante desta lei.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o artigo 1°.

CARGO.	CÓD.	PADRÃO/ CLASSE	QT
Op. de Copiadora	TM 95	CA	02
Ass. de Proc. Dados	TQ 20	FA	02
Aux. de Prod. Gráf.	TM 32	CA	20
Op. Gráfico III	TN 03	EA	21

MENSAGEM N° 110/94

Curitiba, 27.09.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1995, em conformidade com a Constituição Estadual, a Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1995 (Lei Estadual n° 10.894, de 22 de julho de 1994) e demais normas legais vigentes.

O presente Anteprojeto de Lei compõe-se do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

A receita total está estimada em R\$ 4.561.424.850,00 (quatro bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).

RECEITA	R\$ 1,00 (A preços de 01.07.94)
1.Receitas de recolhimento centralizado	3.423.197.970
2.Receitas próprias de recolhimento descentralizado de autarquias e órgãos de regime especial	760.189.510
3.Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista (para o orçamento de investimento)	378.037.370
4.TOTAL DA RECEITA	4.561.424.850

Tais receitas foram programadas para atender as despesas dos orçamentos abaixo especificados, em consonância com as nor-

mas legais vigentes:

ORÇAMENTOS	R\$ 1,00 (A preços de 01.07.94)
1.Orçamento Fiscal	3.423.197.970
2.Orçamento Próprio da Administração Indireta	1.702.099.130
3.Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista	971.107.480

Os anexos que fazem parte deste Anteprojeto de Lei contém detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da exposição justificativa.

As estimativas de receitas e despesas para o exercício de 1995 foram calculadas a preços de 1º de julho de 1994 e serão corrigidas, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do índice de atualização monetária no período compreendido entre julho a dezembro de 1994.

Esclareço que a proposta dos orçamentos está de acordo com as prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1995 e foi elaborada em consonância com o Plano Plurianual para o período de 1992 a 1995, aprovado pela Lei Estadual nº 9.882 de 26.12.91, refletindo o conjunto de ações deste Governo para atender aos anseios da população paranaense.

O Poder Executivo ficará à disposição através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 111/94

Curitiba, 27 de setembro de 1994.

Senhor Presidente.

A presente proposta de Emenda Constitucional para alteração do Art. 205 da Constituição do Estado do Paraná visa adequá-lo ao Art. 218, Parágrafo 5º da Constituição Federal, que estabelece verdadeira exceção aos princípios outros também nela encartados impeditivos da vincu-

Curitiba, segunda, em 10.10.94

lação de receitas públicas a fundos, órgãos ou despesas (Art. 167, IV CF e Art. 135, IV CE). A faculdade outorgada pela Carta Federal aos Constituintes e Legisladores dos Estados - Membros veio atrelada a uma outra condição, a constante do Art. 218, Parágrafo 5º - o caráter público de que devem se revestir as entidades de fomento à pesquisa científica e tecnológica, beneficiárias da vinculação excepcional.

Portanto, se é conveniente, oportuno e correto atribuir aos segmentos representativos da sociedade a participação responsável nas decisões que nestas áreas devem ser tomadas para a alocação de recursos públicos, também é correto, constitucional e justo que sejam removidos da norma permissiva todos os empecilhos a que esta colaboração seja prestada, sem arranhar, sequer, outros dispositivos constitucionais.

Assim é que proponho ao Art. 205, da Carta Estadual, a seguinte redação: "O Estado consignará em orçamento, e recolherá mensalmente até quinze dias úteis após o mês da sua receita tributária, para fomento à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da lei."

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a presente proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,
MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 112/94

Senhor Presidente.

Objetiva a presente proposta atribuir ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia-CONCITEC, a competência para o estabelecimento das diretrizes e formulações da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica, dispondo, ainda, sobre suas atribuições e composição, aplicação de recursos e outras providências julgadas adequadas ao seu pleno funcionamento.

O texto do Anteprojeto de Lei, que segue em anexo, procura sanar as eventuais inconstitucionalidades e inadequações ao interesse público que impediram, de maneira correta, a sua sanção em momentos anteriores.

Ao assumir o Governo do Estado solicitei aos organismos mais proximamente ligados a esta questão, a saber - a SETE, a PGE e a SEPL - que efetuassem um reestudo da matéria. Visava recolher subsídios que permitissem elaborar um novo anteprojeto de lei, que recuperando os mais legítimos interesses da sociedade civil e entidades

públicas envolvidas anteriormente em seu debate, escoimando as institucionalidades do esforço anterior, e resguardando o imperativo interesse público na determinação do uso de recursos recolhidos pela população paranaense, avançasse no seu encaminhamento.

As questões científicas e tecnológicas são de crucial importância para nossa sociedade, em sua maior ou menor possibilidade histórica de romper com a iníqua situação social da maioria da população, com a debilidade da nossa base produtiva e com as ameaças à soberania nacional.

Mais recentemente, recebi importante solicitação e estímulo para reanálise da matéria por parte do Fórum dos Reitores das Universidades do Paraná, inclusive com encaminhamento de sugestão de projeto de lei, cujos termos tomei a liberdade de recuperar algumas proposições para o texto da presente proposta de lei. Não foi possível, entretanto, acatar a sugestão de criação de mais um organismo administrativo, "data vênica", por julgar desnecessário alcançar dos fins a que nos propomos mutuamente, creio, governo e universidades.

O atual texto reordena as competências do CONCITEC na promoção e amparo da pesquisa científica e tecnológica, conferindo eficácia plena ao Art. 205 da Constituição Estadual, conforme Anteprojeto de emenda modificativa ora encaminhado, e a ele subordina o FUNCITEC, criado pela Lei nº 8387 de 15/10/86.

Redefine quantitativamente e qualitativamente a composição do Conselho de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, resguardando cuidadosamente sua natureza estatal ao manter a capacidade decisória, em última instância, do Governador, respeitando a autoridade técnica e representativa do CONCITEC, ao garantir que seus recursos sejam aplicados sempre, com a ciativa do Conselho.

A participação dos componentes indicados por entidades não governamentais, assim, assumem um caráter de cooperação às tarefas eminentemente estatais que constituem a gestão governamental de recursos públicos.

Ao garantir um fluxo permanente, estável e seguro de recursos às atividades científicas e tecnológicas, tal legislação, acaso venha a ser aprovada por essa oclenda Assembléia, conduzirá a uma lenta, porém sinérgica, estruturação de equipes de pesquisa, que tão necessárias e úteis respostas podem dar aos anseios da população mais carentes de nosso povo.

Por outro lado, é preciso garantir que o Poder Executivo, encarregado da execução das políticas públicas consignadas na Legislação programática e orçamentária pos- sa, pelo seu corpo técnico e permanente

assim como pelos dirigentes escolhidos pela soberania popular, exercer, em última instância e com alguns mecanismos de controle, o poder decisório sobre a destinação daqueles montantes arrecadados em função da competência tributante outorgada ao Estado-Membro pela Constituição Federal.

Como o Artigo 205 da Constituição Estadual, cuja iniciativa de regulamentação pertence, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo contém alguns enunciados que conflitam com outros princípios e normas da própria Constituição Estadual e Constituição Federal exclusiva do Governador do Estado para criação de entidade pública e poder decisório superior acerca da destinação de receitas orçamentárias entre as quais se incluem as receitas tributárias, o anteprojeto é cauteloso, evitando incorrer nas mesmas impropriedades das propostas anteriores.

Também por estas razões encaminhei anteprojeto de emenda modificativa ao texto do Art. 205 da Constituição Estadual hoje em vigor, visando adequá-lo à dicção do texto constitucional federal relativo à matéria, preservando, ainda, o caráter eminentemente público que decisões envolvendo a alocação de recursos arrecadados da sociedade contribuinte, devem se revestir.

Por tudo isso, o texto recolhe contribuições de todos os setores interessados aportados nos processos de discussões anteriores e preserva a capacidade do Estado de dirigir as ações governamentais; claramente o princípio da autonomia e independência de interesses setoriais ou parciais ou corporativos não pode, nunca, se sobrepor ao princípio da soberania popular, isto é, ao comando unificado do Estado democrático moderno sobre os recursos recolhidos pela população sob a forma de tributos.

Nada impede ao Estado receber a incorporação participativa de diversos setores sociais, atendido o princípio de que estes voluntariamente desejam fazê-lo, e que os membros indicados, sejam escolhidos pelas formas as mais democráticas e abertas previstas em seus próprios diplomas institucionais.

A participação dos membros indicados pelos setores públicos e privados, todos de elevado discernimento em tão crucial questão para nossa sociedade, ao invés de retirar ou despojar o Estado dos seus poderes de decisão, poderão aproximar os efeitos de sua ação das parcelas mais necessitadas de sua presença.

Este é um esforço institucional que contempla o possível dentro de alguns parâmetros: o expresso nos textos constitucionais; a manutenção da soberania popular sobre os recursos públicos, a incorporação

para uma participação cooperativa de segmentos da sociedade: a estabilização no uso de parcelas de recursos públicos para a área de ciência e tecnologia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e a conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA - Anteprojeto de lei que reordena as atribuições, composição, recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC e estabelece outras providências.

Capítulo I DO CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - CONCITEC

Art. 1º - Ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento a pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2º - São atribuições do CONCITEC a promoção e o amparo aos projetos de pesquisa básica, aplicada e de desenvolvimento tecnológico, em consonância com as prioridades Governamentais, com o objetivo de contribuir para o progresso social e econômico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Para consecução de seus objetivos, o CONCITEC poderá celebrar convênios e contratos com entidades ou órgãos públicos e pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, ou estrangeiras, observada a legislação específica.

Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Executivo

a) Doze (12) membros indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o titular da Pasta afeta a ciência e tecnologia, na qualidade de membro nato, o qual será seu Presidente, e disporá além de seu voto, quando houver empate, do de qualidade.

II - Representante das comunidades

a) Três (03) membros, sendo um (01) indicado pelo Centro de Integração e Tecnologia do Paraná (CITPAR), um (01) indicado pelo Centro Internacional de Tecnologia de Software (CITS) e um (01) indicado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/PR), representando a comunidade tecnológica.

b) Três (03) membros, sendo um (01) indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretária Regional do Paraná, e dois (02) pelo Fórum dos Reitores das Universidades do Paraná, representando a comunidade científica.

c) Três (03) membros indicados pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) representando a comunidade empresarial.

D - Três (03) membros indicados pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná (FETIEP), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) e pela Federação dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Paraná, representando a comunidade trabalhadora.

§ 1º - Todos os membros deverão ter reconhecida competência no tratamento das questões científicas e tecnológicas nas sociedades contemporâneas.

§ 2º - A participação dos membros previsto no inciso II será considerada pelo Governo Estadual como de cooperação relevante à sociedade.

§ 3º - As contribuições, opiniões e votos dos membros previstos no inciso II não implicam em responsabilidades das entidades indicadoras, permitindo a manutenção da mútua independência entre o Estado e as entidades da sociedade civil.

§ 4º - A utilização do voto de desempate pelo Presidente do CONCITEC, conforme o disposto no inciso I, deverá ser exercida de preferência numa segunda reunião de reexame da matéria, salvo se motivos de urgência e interesse do Paraná tornarem impostergável a decisão na reunião inicial.

Art. 5º - Os representantes do Poder Executivo e das comunidades serão nomeados conselheiros por decreto do Governador do Estado, para um período máximo de quatro (04) anos, podendo ser substituídos a qualquer tempo pela entidade que os indicou.

Parágrafo Único - O CONCITEC poderá ser convocado pelo presidente ou por um terço de seus membros.

Art. 6º - É vedado ao CONCITEC criar ou manter órgãos próprios de pesquisa e assumir encargos administrativos de outras instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Capítulo II ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CONCITEC

Art. 7º - O CONCITEC será vinculado à Secretaria de Estado diretamente afeta a

função de ciência e tecnologia.

Art. 8º - Além dos dispositivos desta lei o CONCITEC reger-se-á por estatuto próprio que regulamentará suas atribuições, competência e funcionamento.

Parágrafo Único - O estatuto do CONCITEC será aprovado pela maioria absoluta dos conselheiros e submetido ao Governador do Estado, para ser estabelecido por decreto.

Art. 9º - O CONCITEC disporá de uma Diretoria e de uma assessoria técnico-científica.

Art. 10 - A Diretoria é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Científico.

§ 1º - O cargo de Diretor-Presidente será exercido pelo Presidente do CONCITEC.

§ 2º - O cargo de Diretor Vice-Presidente será exercido por membro do CONCITEC e indicado pelo Governador.

§ 3º - Os cargos de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Científico serão de livre nomeação do Governador.

Art. 11 - A Assessoria Técnico-Científica, subordinada ao Diretor Técnico-Científico, será formada exclusivamente por consultores "ad-hoc", indicados pelo Conselho.

Art. 12 - As funções de Conselheiro, Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e consultor são honoríficas não lhes cabendo qualquer espécie de gratificação ou remuneração.

Capítulo III DOS RECURSOS DO CONCITEC

Art. 13 - O CONCITEC será o gestor dos recursos derivados da parcela de dois por cento (2,0%) da receita tributária do Estado, recolhidas 15 dias após o término do mês de competência e de recursos de outras fontes, além daqueles decorrentes do art. 3º desta lei.

Art. 14 - As despesas administrativas do CONCITEC, inclusive de pessoal, não poderão ultrapassar três por cento (3,0%) do seu orçamento.

Art. 15 - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FUNCITEC, criado pela Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, é subordinado ao CONCITEC.

Art. 16 - As aplicações de recursos

aprovadas pelo CONCITEC poderão ser mobilizadas pela Diretoria após a aprovação do Governador do Estado, a qual ocorrerá num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - O veto total ou parcial do Governador retornará ao CONCITEC contendo as razões de sua eventual não aprovação.

§ 2º - O CONCITEC poderá arquivar a solicitação ou encaminhá-la para revisão pelo organismo solicitante, que poderá reapresentá-lo.

Art. 17 - Os recursos do FUNCITEC provenientes dos recolhimentos dos dois por cento (2,0%) da Receita Tributária do Estado só poderão ser aplicados após aprovação pelo CONCITEC.

Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 - Os recursos do FUNCITEC, criado pela Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, serão depositados no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, em conta especial sob a denominação "Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC".

Parágrafo Único - O mês de competência para o primeiro recolhimento ao FUNCITEC dos recursos de que trata o Art. 13 será o segundo mês subsequente ao mês de entrada em vigor da presente lei.

Art. 19 - A reunião de instalação do CONCITEC deverá ser realizada no prazo máximo de noventa (90) dias, contados da data da publicação desta lei, e seus estatutos deverão ser discutidos e aprovados até 30 (trinta) dias, decorridos da data de sua instalação.

Art. 20 - Ficam criados na estrutura da Secretaria afeta à Ciência e Tecnologia, dois cargos, símbolo DAS-3, para provimento do Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Científico do CONCITEC.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 113/94

Curitiba, 05.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar os veículos que especifica, de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, que se encontram cedidos a outros órgãos da

Administração Pública Estadual e a Prefeituras Municipais, aos respectivos órgãos e municípios.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, segundo informação do Secretário de Estado da Saúde, os referidos veículos já vêm, pela forma de cessão de uso, prestando efetivos e importantes serviços à coletividade, através de seus cessionários, não sendo conveniente o retorno dos mesmos ao ISEP, até porque, na sua maioria tratam-se de ambulâncias que servem ao Corpo de Bombeiros, nas ações do SIATE e às Prefeituras Municipais, em atividades de amparo à saúde.

Outro aspecto que oportuniza a preconizada medida refere-se à incerteza de que os investimentos necessários à manutenção e conservação de tais veículos seriam convenientes, por parte dos órgãos que atual-

Curitiba, segunda, em 10.10.94

mente os utilizam, em face da não garantia da permanência dos mesmos a seus serviços. Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar veículos de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, que se encontram cedidos aos órgãos e municípios que especifica, conforme o anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO de que trata o art. 1º.

ITEM	PLACA	MODELO
01	BD-7289	VW Kombi Passag/82
02	BY-7356	M.Benz 708 Ambul/88
03	ABO-7926	VW Caminhão Ambul/90
04	ABX-6324	VW Caminhão Ambul/91
05	ABU-8798	VW Caminhão Ambul/91
06	ABU-9029	VW Caminhão Ambul/91
07	ADK-3045	Fiat Elba Ambul/92
08	ADK-3047	Fiat Elba Ambul/92
09	BO-7077	VW Gol/86
10	ADK-6779	VW Fusca/82
11	BU-8544	VW Kombi Ambul/88
12	BV-1093	GM Caravan Ambul/88
13	BT-1138	VW Kombi Passag/88
14	CC-3996	VW Kombi Ambul/85
15	BX-4969	GM Caravan Ambul/88
16	BU-7520	GM Caravan Ambul/88

Ctba/Secret.Est.Trab.Ação Social
 Ctba/SESP-Corpo de Bombeiros
 Ctba/SESP-Corpo Bombeiros/SIATE
 Ctba/SESP-Corpo Bombeiros/SIATE
 Ctba/SESP-Corpo Bombeiros/SIATE
 Ctba/SESP-Corpo Bombeiros/SIATE
 Ctba/SESP-Corpo Bombeiros/SIATE
 Londrina/Universidade Estadual/Uel
 Londrina/Universidade Estadual/Uel
 Prefeitura Municipal Manoel Ribas
 Maringá/Fund.Univers.Estadual
 Prefeitura Municipal de Paranaguá
 Pref.Munic.São Jerônimo da Serra
 Prefeitura Municipal de Verê
 Prefeitura Municipal Wenceslau Bráz

MENSAGEM Nº 114/94

Curitiba, 06.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, das Leis nºs 6.774, de 08 de janeiro de 1976 e 7.047, de 21 de novembro de 1978, com suas posteriores alterações,

que tratam da organização básica da Polícia Militar do Estado e da fixação de seu efetivo, respectivamente, com vistas à reestruturação do Quadro Organizacional do Corpo de Bombeiros, buscando adequá-lo às atividades de socorrimento público, principalmente no que tange à vertente pré-hospitalar, dando maior flexibilidade e agilidade à instituição.

Vale ressaltar que a matéria, objeto do presente plano, foi preliminarmente

apreciada pela Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército, que se manifestou favoravelmente à mesma, por apresentar-se devidamente fundamentada e de acordo com a legislação vigente.

O Comando Geral da Polícia Militar do Estado, apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos da necessidade e oportunidade da medida, juntou, em expediente a mim encaminhado, através do Secretário de Estado da Segurança Pública, justificativa com o seguinte teor:

"Alterações dos artigos 45, 46 e 47 da Lei 6.774/76 - Lei da Organização Básica da Polícia Militar do Paraná.

Versam estes três artigos sobre a denominação da estrutura das Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros, assim denominados de Grupamentos e Subgrupamentos e Seções de Incêndio e de Busca e Salvamento.

Com a expansão das atividades desenvolvidas pelas organizações bombeiros militares, aliada a uma nova nomenclatura, mais ágil e menos complexa, houve por bem descrevê-las de uma forma mais abrangente, englobando as missões de combate a incêndio, busca e salvamento. Assim sendo, as unidades operacionais do Corpo de Bombeiros passam a ser classificadas em Grupamentos e Subgrupamentos e Seções de Bombeiros.

Também foram reestruturados os Subgrupamentos de Incêndio de Foz do Iguaçu e de Paranaguá, passando a denominarem Subgrupamentos de Bombeiros Independentes, atendendo as peculiaridades destas duas regiões do Estado.

A estrutura proposta está vinculada ao Comando do Corpo de Bombeiros.

Alterações nos Anexos 1, 2 e 3 da Lei 7.047/78, com suas posteriores alterações.

Reestruturação do Corpo de Bombeiros.

É do ano de 1984 a atual estrutura vigente para o Corpo de Bombeiros.

Naquela época, os serviços de bombeiros estavam alocados em 25 municípios e contava com 37 Postos de Bombeiros. Hoje são 32 municípios e 54 Postos de Bombeiros, com dispositivo de reação imediata e efetivos em prontidão.

Em maio de 1990 foi implantado o Sistema Integrado de Atendimento a Emergências - SIATE. Coube ao Corpo de Bombeiros, o cumprimento de uma das vertentes deste sistema - o atendimento pré-hospitalar.

Para alcançar o êxito já reconhecido nacionalmente, o Corpo de Bombeiros somou os esforços, em detrimento de uma estrutura existente, para fazer frente a este importante serviço público.

Outros óbices também foram gerados. O atual Grupamento de Incêndio da Capital tornou-se grande demais, quer em efetivos e riscos a proteger.

Curitiba tornou-se sede de um grupamento de bombeiros. A divisão e transformação em um novo grupamento de bombeiros com área de atuação nos demais municípios da região metropolitana foi possível, aproveitando parte da estrutura do Grupamento de Incêndios e com a extinção do Grupamento de Busca e Salvamento.

Desta feita as missões afetas a este grupamento extinto, foram repassadas para os Grupamentos de Bombeiros.

Também dá-se nova roupagem à estrutura diretiva e operativa do Corpo de Bombeiros. Deixam de existir funções acumuladas de planejamento, coordenação, controle e administração da organização, cuja execução, na prática, torna-se impraticável.

Cria-se também as funções de chefe de operações do Centro de Operações Bombeiro Militar e de Socorrista.

São seis capitães do quadro de oficiais bombeiros militares que se revezam diuturnamente no Centro receptivo de emergências, cuja experiência e tirocínio, executam a missão fim do Corpo de Bombeiros.

São 678 funções de bombeiros socorristas rigorosamente distribuídos em todas as unidades operacionais do Corpo de Bombeiros, fazendo frente à nova realidade da instituição.

A relação custo-benefício é por demais compensatória. São atingidos os objetivos sociais, com reduzido custo para o Estado. É uma proposta viável, simples e bem aceita interna e externamente."

Certo que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os artigos 45, 46 e 47, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45 - Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros são constituídos pelas unidades operacionais que serão organizadas em:

I - Grupamento (Subgrupamento) de Bombeiros (GB e SGB): incumbido da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento e é subordinado ao Comando do Corpo de Bombeiros;

II - Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Grupamento (Subgrupamento) de Bombeiros e com as mesmas missões e características deste.

Art. 46 - Os Grupamentos (Subgrupamentos) de Bombeiros são assim organizados:

- I - Comandante;
- II - Subcomandante;
- III - Estado-Maior (somente no GB);
- IV - Seção de Bombeiros.

Art. 47 - Os Subgrupamentos de Bombeiros Independente (SGBI) são assim organizados:

- I - Comandante;
- II - Subcomandante;
- III - Secretaria;

Art. 2º - Os anexos 1, 2 e 3, de que trata o art. 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, com suas posteriores alterações, passam a vigorar na forma dos que integram esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1*

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1ºT	2ºT	SOMA
Q O P M		12	37	61	178	193	230	711
Q O B M		2	9	17	35	40	50	153
Q O-P M Feminino		-	-	-	1	4	7	12
Q S	MÉDICOS	1	5	6	6	16	-	34
	DENTISTAS	1	2	7	8	14	-	32
	VETERINÁRIOS	-	-	-	1	2	-	3
	BIOQUÍMICOS	-	2	1	1	3	-	7
Q C P M		-	-	-	1	1	-	2
Q O E	MÚSICOS	-	-	-	-	1	1	2
	COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
Q O A		-	-	-	13	25	74	112
O OF EXTINÇÃO		-	-	-	-	-	-	1
T C T A L		16	56	92	244	300	364	1072

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO - ANEXO 2*

QUADROS	TC	MAJ	CAP	1ºT	SOMA
POL. RODOVIÁRIA (1)	1				1
TOTAL	1				1

(1) Em extinção pela Lei nº 5926/22 Abr 69

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO 3*

OPMG	GRAD	ST	1ºS	2ºS	3ºS	Cb	Sd	SOMA
1 - PRAÇAS PM		170	270	637	1332	2077	10915	15401
2 - PRAÇAS BM		37	62	108	429	670	1881	3187
3 - PRAÇAS PM FEM		-	2	10	33	45	333	423
T O T A L		207	334	755	1794	2792	13129	19011

MENSAGEM N° 115/94

Curitiba, 07.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a revogação da Lei n° 10.437, de 30 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Poder Judiciário, com vistas à reutilização de armas apreendidas pelas Polícias Estaduais.

A medida legal ora proposta decorre de expediente a mim encaminhado pelo General de Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, Ministro de Estado do Exército, datado do dia 04 do corrente mês, do seguinte teor:

"Versa o presente expediente sobre a Lei 10.437, de 30 de agosto de 1993, do Estado do Paraná, que autoriza o Poder Executivo desse Estado a firmar convênio com o Poder Judiciário para reutilização das armas apreendidas pelas polícias estaduais.

A matéria foi objeto de estudo e parecer da Consultoria Jurídica deste Ministério, reconhecendo o conflito entre a citada legislação estadual e o Decreto n° 55.649, de 28 de janeiro de 1965, que atribui ao Ministério do Exército a competência privativa de decidir sobre o destino das armas apreendidas pelas autoridades militares e policiais.

A Constituição Federal não trata sobre a competência exclusiva do Ministério do Exército, mas sim, sobre a competência exclusiva da União para legislar a respeito. Por esta razão, foi editado o Decreto n° 55.649, do Presidente da República, que embora datado de 1965, continua em vigor e foi plenamente recepcionado pela Carta Magna de 1988.

À vista do exposto e com o propósito de restabelecer o cumprimento das competências previstas nos preceitos legais, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a iniciativa de propor, à Assembléia Legislativa, a revogação da lei em discussão."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 10.437, de 30 de agosto de 1993, que dispõe sobre reutilização, pelas Polícias Civil e Militar, de armas apreendidas no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 2245/A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.10.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 335/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar nas Escolas da Rede Pública Estadual o Gabinete de Orientação Vocacional.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A criação do Gabinete de Orientação Vocacional que aqui apresentamos, visa orientar os alunos para exercerem uma profissão de acordo com suas habilidades específicas e de suas pontualidades vocacionais.

Através destes Gabinetes em cada escola irá se diminuir os índices de evasão escolar e irá se melhorar a qualificação nas Universidades. Pois, os jovens com ensino profissionalizante em nível de Escola Técnica estão plenamente satisfeitos; assim como a maioria dos melhores acadêmicos universitários cursaram ensino profissionalizante no 2º Grau.

Os alunos geralmente encontram-se indecisos quanto as suas carreiras profissionais futuras. Muitas vezes, isso se dá pela total desinformação, não apenas, das áreas do mercado de trabalho, como por ignorarem completamente as suas aptidões físicas e mentais; ou se têm este ínfimo conhecimento não sabem como desenvolvê-lo. Gerando, assim, por essas condições, futuros profissionais desgostosos da escolha que fizeram da profissão.

A idéia contida nesta proposição beneficiará igualmente a Sociedade, já que disporá ela futuramente de pessoas capazes dentro de suas profissões (conscientemente escolhidas) e satisfeitas intrinsecamente em servir à ela. É sabido por todos, que o Ser Humano, somente se realiza por completo, fazendo aquilo que gosta. O profissional capaz que está contente dentro de sua área de trabalho, renderá benefícios, não apenas para si mesmo, como para aqueles a quem presta seus serviços.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Finda a leitura do Expediente. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados. De volta à Casa de trabalho, não poderíamos nós, neste instante, além de cumprimentar a todos os companheiros de todas as bancadas, aqueles que conseguiram com a graça de Deus, com o seu trabalho e o beneplácito dos seus eleitores o retorno para o próximo período nesta Casa de Leis. Aqueles que não o conseguiram nós também reconhecemos, de que durante esse espaço de tempo que aqui ocupamos o cargo de Deputado Estadual, sempre tivemos o mais alto conceito, a sincera amizade e, principalmente, a educação que sempre norteou a todos os Senhores Deputados.

A imprensa falada, escrita e televisada credenciada nesta Casa, se não fosse

ela, não teríamos nós, em meu nome - falando, a projeção pela qual conseguimos através dos pleitos de trabalho aqui desenvolvidos, conseguir chegar ao patamar de votos que nos trouxe de volta a representar a minha querida cidade, a minha região e o meu Estado.

Tenho a certeza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a nossa Ponta Grossa respondeu, através do número de votos dados ao Zuk, ao candidato que realmente há um ano e pouco assentava-se nesta Casa no lugar do ilustre Deputado Rafael Greca de Macedo, do Deputado Albino Corazza e nós aqui, de volta, com os trabalhos e, principalmente, com a dedicação e com aquilo que com o Orlando Pessuti, com o nosso Toti Colaço do Bloco Municipalista conseguimos - com outros Deputados - fazer com que o MERCOSUL venha se instalar na Região Sul deste País. Abrigando os vinte de poucos Estados da nossa Federação com os quatro países co-irmãos, fizemos o trabalho da presença, da família do Paraná - administrativa, juntamente com o Governador Mário Pereira, fazendo com que aquele intercâmbio e aquele eixo de ligação de São Paulo - Buenos Aires, tivesse o alento e tivesse, acima de tudo, a sua rota desviada saindo de Buenos Aires, chegando a Livramento, passando em Concórdia - Santa Catarina, descendo aqui no Paraná em União da Vitória, conseguimos com que esse eixo fosse passar por Irati, pela Princesa dos Campos, Castro, Piraí, Itararé fazendo o anel de integração de todo o MERCOSUL e da Região Sul do País.

O que isso nos representa. É aquele soerguimento a esta região esquecida, este quadrante do Paraná que terá a oportunidade do governo futuro nas mãos do Jaime Lerner e da nossa companheira Emilia Belinatti, de dar, realmente, uma atenção maior a essa parte do Estado esquecida. Será um entreposto das mercadorias, será um "porto seco" pelo qual os países e os Estados terão o intercâmbio comercial. Mas será mais ainda, o gerenciamento e o oferecimento de novos empregos, de novas oportunidades e de uma nova esperança ao nosso Paraná.

Não poderíamos também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar de registrar aqui, o nosso agradecimento a todos os Srs. Funcionários da Casa, aos nossos taquígrafos que anotam tudo aquilo que nós realizamos neste Plenário, aos nossos companheiros do setor legislativo da Casa, aqueles que amparam a Mesa Executiva, aqueles que de perto fazem com que realmente este Poder seja avaliado pelas coisas que realiza, como também indistintamente desde aqueles da portaria deste Poder, a todos os senhores funcionários. Não fossem eles, não fossem os Senhores Deputados, não fosse a imprensa, não fosse...

Curitiba, segunda, em 10.10.94

(ausência de som)... e o que é este Poder, Senhor Presidente, não teriam aquilo que lá fora realmente nos 140 anos de existência do Poder Legislativo, tem o Paraná o espelho de possuir a nível de Brasil um dos Poderes pelos quais além da fiscalização, além do ordenamento e principalmente além da honestidade de propósito, tem nos 54 Parlamentares assentados, o discernimento de quando a causa é de interesse da família do Paraná, sempre a voz da maioria e a voz corrente nesta Casa se levantava.

Ao encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderíamos deixar de fazer um apelo, principalmente ao Líder do Governo, o nosso prezado José Tavares, que questão referente ao Projeto de Lei 314/94, essa Mensagem do Poder Executivo de nº 102/94, que traz a esta Casa aquele valor a ser tirado do IPE e remanejado à Secretaria de Estado de Administração, nós pediríamos que isto fosse analisado com o maior cuidado a ser deixado para a próxima administração para que possamos realmente tomar a razão acima da paixão.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente. Passaremos ao Horário das Lideranças. **Todas as Lideranças declinaram.** Passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 114/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, das Leis nºs 6.774, de 08 de janeiro de 1976 e 7.047, de 21 de novembro de 1978. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 115/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a revogação da Lei nº 10.437, de 30 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Poder Judiciário, com vistas a reutilização de armas apreendidas pelas Polícias Estaduais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da

Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, imóvel localizado naquele município. **COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C..**
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 280/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, a área de terras constituída pelo lote urbano nº 3 (três) da quadra 6-A, com 800 m² (oitocentos metros quadrados), com a respectiva edificação, localizadas no referido município, havidas por doação através de escritura pública lavrada no Livro nº 5, às fls. 187/189, das Notas do Tabelaionato de Marmeleiro, em 09 de julho de 1968.

§ 1º - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, após a necessária ampliação, será destinado a abrigar novo Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário.

§ 2º - Fica o referido imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09 de julho de 1968, a Prefeitura Municipal de Marmeleiro efetuou a doação ao Estado do Paraná do imóvel acima descrito, para a instalação provisória do Posto de Saúde.

Entretanto, há mais de dez anos o Posto de Saúde foi transferido para outro imóvel, também do município, sendo que o bem ora solicitado encontra-se desocupado.

A Prefeitura Municipal necessita da doação, a fim de realizar obras de ampliação no prédio edificado no imóvel, que será utilizado para novas instalações de Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário para a população carente do município e região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 280/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 280/94, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, objetiva autorizar a doação à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras constituída pelo lote n° 03, quadra 6-A, com 800 m2, com respectiva edificação, localizada no município.

Tendo em vista os propósitos altamente sociais a que se destina e garantindo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, constantes nos parágrafos 1° e 2°, e estando dentro das normas regimentais, legais e constitucionais, emitimos parecer favorável a aprovação do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 280/94

P A R E C E R:

Autoria: Caíto Quintana.

O projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras constituídas pelo lote 03, quadra 6-A, com 800 m2, com respectiva edificação, localizado naquele município.

Por tratar-se de projeto meramente autorizatório e estando dentro dos preceitos regimentais, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações opina pelo parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 13.09.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 102/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Administração. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para que esta Presidência possa proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto 314/94 queiram levantar-se.

Os que forem contrários queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam, dez rejeitam. Não há quórum para deliberação.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 058/94. Veto apostado ao Projeto de Lei n° 131/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Manoel do Paraná, o terreno que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

Ofício/DTL/SAT n° 229/94.

Curitiba, 21 de julho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 193/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 131/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Manoel do Paraná a data de terras sob n° 16, da Quadra n° 17, do perímetro urbano da sede daquele município.

Embora louvável a iniciativa do autor, nobre Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, o projeto em epígrafe não pôde ser acolhido, face a informação da Secretaria de Estado da Educação, através da FUNDEPAR, manifestando-se contrariamente à pretendida doação, tendo em vista que o lote em questão é parte integrante do terreno em que está edificado o prédio escolar estadual do Município, servindo de reserva técnica para futuras ampliações do mesmo.

Além deste aspecto, o plano apresenta incorreções na descrição do imóvel, que fatalmente iriam gerar sérios problemas no ato da escrituração, pois a quadra em que está situado é a de n° 14 e não a de n° 17, conforme consta na escritura pública de doação, lavrada às fls. 183/185, do Livro 17-N, do Tabelionato do Município de Indianópolis.

Também a área, segundo consta dos registros da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, é de 574,00 m² e não de 639,00 m², como está colocado no art. 1°, do questionado plano.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Curitiba, segunda, em 10.10.94

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 131/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, terreno que a seguir descreve: "Data de terras sob n° 16 (dezesseis), da quadra n° 17 (dezessete), perímetro urbano de São Manoel do Paraná, Município de São Manoel do Paraná, Comarca de Cianorte, área de 639,00 metros quadrados, com as seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Valter Kraiser ao S.E. numa frente de 15,00 metros; com a data n° 15 ao S.O. na distância de 42,60 metros; com a data n° 1 ao N.O. na largura de 15,00 metros e finalmente com a Rua Paranaguá ao N.E. numa extensão de 42,60 metros".

§ 1° - O Poder Executivo, através de decreto determinará a que se destina o imóvel.

§ 2° - O imóvel supracitado será exclusivamente utilizado para o fim previsto no parágrafo anterior, ficando o mesmo gravado com cláusula de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso no prazo de dois anos lhe seja dada destinação diversa.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.06.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O terreno que ora se pretende doar ao Município de São Manoel do Paraná, será utilizado para a construção de um prédio escolar, visto que sobre o mesmo não existe qualquer benfeitoria, bem como está anexado à Escola Estadual Duque de Caxias, a qual oferece ensino de 5.ª a 8.ª série, e à Escola Municipal Monteiro Lobato, que oferece ensino de 1.ª a 4.ª série do 1.º grau.

Assim, uma vez que até mesmo os recursos junto ao FNDE/MEC já estão sendo providenciados, estando apenas na dependência da doação que ora propomos, pedimos apoio aos nobres Pares para que aprovelem este nosso projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO n° 058/94

P A R E C E R :

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei n° 131/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Manoel do Paraná,

o terreno que especifica.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
JOSE ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 049/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OFÍCIO DTL/SAT n° 144/94

Curitiba, 06.06.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 120/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 043/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar a área de terra que especifica à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, para a construção de unidades habitacionais.

A negativa de sanção ao questionado plano de lei não significa, em hipótese alguma, insensibilidade do governo em relação aos problemas habitacionais que assolam as famílias de baixa renda, pelo contrário, não se tem medido esforços no sentido de solucioná-los à medida do possível, no presente caso, o motivo determinante do veto fundamenta-se em informações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que se manifestou contrariamente à pretendida doação, pelo fato de que sobre o imóvel há várias posses antigas, com duração de até 24 anos, informando, ainda, que vem desenvolvendo gestões junto à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão com vistas a regularizar a situação dos posseiros ali existentes.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Administração informou que através da Lei n° 9.208, de 23 de janeiro de 1990, ficou o Poder Executivo autorizado a alienar, através do extinto ITCF - atual IAP - o questionado imóvel aos seus respectivos ocupantes, havendo, portanto, destinação

legal anterior e específica para o mesmo. Nestas condições, a sanção ao presente plano, sem a menor sombra de dúvida, viria a contrariar aos superiores interesses públicos.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 043/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, a área de terra matriculada no registro de imóveis de Engenheiro Beltrão, sob o n° 6.084, em 14 de maio de 1982, lote 45 E, Água Grande, gleba Rio Mourão, com área total de 50.000 m2, situado a margem direita da estrada que vai do Rio Ivaí a Peabiru entre os quilômetros 7 e 8, com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo de um marco a margem direita da estrada que liga Campo Mourão a Maringá, segue medindo 395,00 m com o rumo 37°00 NO, confrontando com o lote n° 45 D; segue medindo 103,00 m com o rumo de 40°50 NE, confrontando com o lote 43 K; segue medindo 398,00 m com o rumo de 30°00 NO, confrontando com o lote n° 45 F; até a margem da estrada que liga Campo Mourão a Maringá; segue medindo 148,00 m com o rumo 52°20 SO pela dita estrada até o ponto de partida."

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado pelo donatário exclusivamente para a construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso descumprida tal finalidade.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.05.94

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

Ac ser adquirido pelo Governo do Estado junto a sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, no dia 14 de maio de 1982, o referido imóvel, constituído pelo lote 45 E, da Secção Água Gran-

de, gleba Rio Mourão em Engenheiro Beltrão, se destinava a construção de casas da turma e dependências para conservação de estrada de rodagem, com área de 50.000 m2 ou 5.0 HA; ficando no entretanto cancelada esse propósito pelo termo de "averbação" em 13 de março de 1986.

Ao se propor a doação de imóvel para o Município este servirá para a construção de casas populares, haja vista a grande necessidade de moradias exclusivamente para família de baixa renda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 049/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz veto apostado ao Projeto de Lei n° 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11 de outubro às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 049 e 058/94.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 046 e 060/94.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 186/94.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 317, 318 e 320/94.

Levanta-se a sessão.